



Governo do Estado de Pernambuco
Secretaria de Educação e Esportes
Conselho Estadual de Educação

INTERESSADA: AUTARQUIA DE ENSINO SUPERIOR DE GARANHUNS (AESGA)/FACULDADES INTEGRADAS DE GARANHUNS (FACIGA)
ASSUNTO: CREDENCIAMENTO DE PROGRAMA INSTITUCIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO E AUTORIZAÇÃO DO CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL
RELATORA: CONSELHEIRA FABIANA DA SILVEIRA XAVIER
PROCESSO Nº 14000110005178.000044/2023-75

*Publicado no DOE de 25/07/2023 pela Portaria
SEE nº 3249 de 24/07/2023.*

PARECER CEE/PE Nº 067/2023-CES

APROVADO PELO PLENÁRIO EM 05/07/2023.

1 DO RELATÓRIO

A Presidente da Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns (AESGA), por meio do Ofício GP – AESGA nº 060/2023 de 04 de abril de 2023, protocolou em 05 de abril de 2023, no Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE), a solicitação de Credenciamento do Programa Institucional de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito e Autorização do Curso em Direito Penal e Processo Penal nas Faculdades Integradas de Garanhuns (FACIGA).

O pedido foi instruído com os documentos exigidos pela Resolução CEE/PE nº 04/2020, que regula, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, a acreditação do serviço público educacional, especificamente da Educação Superior, em nível de pós-graduação – cursos de pós-graduação *lato sensu* (aperfeiçoamento e especialização) e *stricto sensu* (mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado acadêmico, doutorado profissional), na modalidade presencial.

A AESGA/FACIGA em atendimento aos artigos 16 e 25 da Resolução CEE/PE nº 04/2020 deste Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, encaminhou a seguinte documentação:

- Ofício dirigido ao Presidente do Conselho Estadual de Educação – pedido de credenciamento e autorização para oferta dos cursos em nível de pós-graduação;
- Atos de Criação ou Constitutivo da Instituição e de suas eventuais alterações – Lei Municipal nº 2.174/1985, Lei nº 2.692 de 06/11/1993 e Lei nº 3.445, de 28/12/2006);
- Estatuto da Instituição mantenedora, nos termos da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº 3.445/2006;
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2019-2023;
- Parecer de Credenciamento das Faculdades Integradas de Garanhuns (FACIGA), (Parecer CEE/PE nº 121/2017-CES); publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 30/11/2017 pela Portaria SEE nº 10.251/2017);
- Parecer de renovação de reconhecimento do Curso de Bacharelado em Direito – Modalidade Presencial (Parecer CEE/PE nº 027/2019 – CES);
- Decisão do Conselho Superior da mantenedora/mantida (Ata 6ª Reunião – Conselho Administrativo da AESGA – 2023);

- Regimento Interno da FACIGA e Regimento do programa institucional de pós-graduação, em conformidade com a Resolução CEE/PE nº 4/2020;
- Projeto do programa institucional de pós-graduação;
- Comprovante do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Certidões Negativas de Débitos: Seguridade Social – Regime Geral de Previdência Social e regime próprio (válido até 09/10/2023), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (válido até 20/07/2023);
- Ato Jurídico de disponibilidade do imóvel – Certidão registrada em 21/07/2016;
- Identificação dos dirigentes da Instituição – Portaria nº 012/2021 – GP da Prefeitura Municipal de Garanhuns;
- Plano de carreira docente e técnico-administrativo da instituição, definido pela Lei Municipal nº 4.484/2018, 23 de agosto de 2018 que altera as Leis Municipais nº 4.340/2017, de 03 de janeiro de 2017 e nº 4.281/2016, de 07 de junho de 2016;
- Política de capacitação e de incentivo à carreira docente – Plano Institucional de Qualificação dos Docentes da AESGA/FACIGA, 2018;
- Alvará de Funcionamento da Instituição (válido até 31/12/2023);
- Descrição da estrutura física da AESGA;
- Declaração de acessibilidade da Instituição de acordo com a Lei Federal nº 10.098 de 2000, com data de 04 de março de 2021;
- Projeto do Curso em Direito Penal e Processo Penal.

Verificada a regularidade formal do Processo, os elementos que constituem o pedido de credenciamento do Programa Institucional de Pós-graduação da Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns – AESGA/FACIGA, com a autorização do Curso, segue a análise que subsidia o parecer desta Relatoria.

2 DA ANÁLISE

2.1 Da Instituição

A Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA) foi criada pela Lei Municipal nº 2.174, de 23 de agosto de 1985, com a finalidade de agregar a já existente Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns (FAGA) – Lei Municipal nº 1.698, de 14 de janeiro de 1976 – e, a partir desse ato, permitir a criação de outras Instituições de Educação Superior (IES), atendendo à vocação da cidade, conhecida em âmbito estadual, como município Polo Educacional. A AESGA, enquanto instituição da administração indireta está subordinada à Legislação Municipal (Leis nº 2.692 de 06/11/1993 e nº 3.445, de 28/12/2006), aos dispositivos legais aprovados pelo Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE) e a Legislação da Educação Superior Brasileira.

As Faculdades Integradas de Garanhuns (FACIGA), Instituição de Educação Superior (IES) sem fins lucrativos, integrante da Administração Municipal Indireta, e de acordo com as Leis Municipais nº 2.174, de 21 de agosto de 1985, e Lei nº 3.445, de 28 de dezembro de 2006, tem a Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA) como mantenedora. A FACIGA foi idealizada para absorver a Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns (FAGA), a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Garanhuns (FAHUG), a Faculdade de Direito de Garanhuns (FDG) e a Faculdade de Ciências Exatas de Garanhuns (FACEG), responsáveis pela oferta de cursos presenciais, semipresenciais, graduação, pós-graduação e extensão.

A Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns está localizada na mesorregião do Agreste de Pernambuco e se define como pioneira no processo de interiorização da formação

superior, onde atua desde a década de 1970. Ao longo de sua história de funcionamento, a AESGA se estruturou tendo como diretriz a oferta de educação superior diversificada e de qualidade não somente ao município de Garanhuns, mas também, à região e a Pernambuco. Vale ressaltar que a área de abrangência da AESGA inclui municípios de outras microrregiões de Pernambuco e demais Estados da Região Nordeste.

2.2 Da Infraestrutura

A Infraestrutura da FACIGA/AESGA abrange uma área total de 7.906,20 m², das quais 6.297,31 m² são de área construída. A área administrativa para os serviços/setores administrativos é constituída de 03 (três) edifícios e 04 (quatro) blocos. A Infraestrutura Física Acadêmica para os serviços/setores acadêmicos é constituída de 03 (três) edifícios em 02 (dois) Blocos:

2.2.1 Infraestrutura Física Administrativa

BLOCO 1 Administrativo (320,46 m²)	BLOCO 2 (248,87 m²)	BLOCO 3 (245,93 m²)	BLOCO 4 (22,84 m²)
Presidência Recepção Departamento Pessoal Tec. da Informação Tesouraria e Contabilidade Compras Licitação Departamento Jurídico CESPA Secretaria Acadêmica Sala de reuniões Sanitários	Auditório	Biblioteca	Sala dos Professores Sala de Manutenção Copa e cozinha

Fonte: Relatório descrição da estrutura física apropriada, FACIGA – 2021.

2.2.2 Infraestrutura Física Acadêmica

BLOCO 5 Acadêmico-pedagógico (4.027,23m²)	ANEXO DO BLOCO 5	BLOCO 6 (1.006,53 m²)
Almoxarifado e Patrimônio Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) Recepção Protocolo 40 salas de aula Sala de reuniões Comunicação Sala da Coordenação de Pós-Graduação Salas das Coordenações dos Cursos Sala da Assessoria de Assistência Social Sala da Coordenação de Estágio Departamento de Pesquisa e Extensão Sala da Avaliação Institucional Sala da Coordenação do PROUPE/PROGUS Sala do Núcleo de Práticas Administrativas (NIPA) Sala de Projetos Acadêmicos Sanitários para Servidores	Sala de Vídeo conferência 03 Laboratórios de Engenharia 01 Caixa d'água (4,16m ²)	Quadra Poliesportiva coberta

Sanitários para os Alunos Sala da Chefia de Serviços Gerais Sala da Escolaridade		
--	--	--

Fonte: Relatório descrição da estrutura física apropriada, FACIGA – 2021.

A biblioteca da AESGA dispõe de uma área física de 245,93 m², distribuídas em: espaço de recepção e protocolo, sala do acervo aberto, salão de estudos (com mesas de estudo em grupo e cabines de estudo individuais), sala de coordenação, sala de estudo reservada, sanitários e armários para guarda de objetos pessoais dos discentes.

A Biblioteca Ivonita Alves Guerra funciona diariamente, de segunda a sexta no horário das 10 às 22 horas, e aos sábados, de acordo com o calendário da pós-graduação, no horário das 8 às 17 horas.

No que se refere à Declaração de Acessibilidade, a Presidente da AESGA declara que atende à legislação em vigor e descreve as adequações realizadas desde o ano de 2017, em atendimento às recomendações deste CEE/PE para melhoria das regras de acessibilidade previstas na legislação em vigor.

2.3 Do Programa Institucional de Pós-Graduação

O Processo foi analisado por esta Relatoria de acordo com os procedimentos da Resolução CEE/PE nº 04/2020. Quanto à análise das condições de aceitabilidade do pleito, a FACIGA atende aos critérios considerando que a Oferta do Curso de Bacharelado em Direito tem afinidade com a proposta e teve seu último reconhecimento obtido pelo Parecer CEE/PE nº 027/2019-CES, publicado no DOE de 30/05/2019 pela Portaria SEE nº 3476/2019, de 29/05/2019, com vigência até 13/04/2024.

O Projeto do Programa Institucional de Pós-Graduação em Direito FACIGA encontra-se em conformidade com a referida resolução em seu art. 16, inciso V, a organização didática pedagógica do Programa e dos Cursos de Pós-Graduação está regulamentada em documentos próprios, aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

É pertinente salientar que, em conformidade com o disposto no art. 6º da mesma resolução, estão incluídos no rol de cursos a serem ofertados no Programa de Pós-Graduação *lato sensu* da AESGA os cursos de: I – aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas-aula; e II – especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula.

Vale destacar, que a Pós-Graduação das Faculdades Integradas de Garanhuns (FACIGA), mantida pela Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA), em conformidade com a Resolução CEE/PE nº 4, de 25 de março de 2020, em seu Art. 17, Inciso VII, alinha B, é regida por Regimento aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e homologado pelo Conselho de Administração (CAA/AESGA).

2.3.1 Caracterização Geral do Programa de Pós-Graduação em Direito

Modalidade: Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização e/ou MBA.

Turno de Funcionamento: Integral.

Carga Horária total por curso ofertado: 360 h/a

Tempo de Integralização: mínimo 18 meses (01 ano e meio) e máximo 24 meses (02 anos).

Vagas Ofertadas: 40 vagas, por curso/turma, conforme Projeto Pedagógico do Curso em oferta.

Formas de Acesso: seleção curricular/entrevista Individual (como critério de desempate, quando houver).

Regime de Matrícula: em conformidade com os contratos de prestação de serviços educacionais, a matrícula é solicitada para a vigência de cada curso em oferta, e enquanto durar a vigência do contrato.

Avaliação do processo ensino-aprendizagem: expressa por notas, em conformidade com o sistema de avaliação adotado pela AESGA a avaliação se pautará na atribuição de notas de 0 (zero) a 10 (dez), sendo 7,0 (sete) a nota mínima para integralização do componente curricular. A frequência mínima obrigatória é de 75% da carga horária total de cada disciplina.

2.4 Do Projeto Pedagógico do Curso para Oferta da Pós-Graduação

2.4.1 Do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Penal e Processo Penal

O Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Penal e Processo Penal, elaborado em conformidade com as diretrizes do Regimento da Pós-Graduação/AESGA, da Resolução CEE/PE nº 04/2020, de 25 de março de 2020, que trata dos elementos de natureza administrativo-pedagógica essenciais à organização e sistematização da oferta, execução, monitoramento e avaliação do Curso.

O Curso tem como objetivos contribuir na formação continuada de Bacharéis em Direito e profissionais graduados em nível superior atuantes na área jurídica. Bem como, atualizar interessados no estudo do Direito Penal e Processo Penal, em conformidade com a Constituição de 1988 e alterações posteriores, permitindo acesso ao conhecimento atual e específico de cunho teórico e prático.

Quanto ao seu público-alvo, o referido Curso se propõe a atender Bacharéis em Direito e graduados em cursos de nível superior que desempenham ou pretendem desenvolver atividades ligadas à área jurídica e à docência no Ensino Superior.

No que concerne a sua estrutura, o Curso possui uma carga horária total de 390 h/a, sendo 360h/a para disciplinas obrigatórias e 30h/a para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Tendo como prazo para integralização, no mínimo, 18 meses e, no máximo, 2 anos, podendo excepcionalmente se estender por mais um ano.

Regime de aulas é quinzenal, ocorrendo sextas-feiras, das 15h às 22h, e aos sábados, de 08h às 12h e das 14h30 às 18h.

No que tange ao Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Pós-Graduação, *lato sensu* em Direito Penal e Processo Penal, pode ser uma Monografia ou um artigo científico que demonstre capacidade de definir um problema em área específica do Curso, ou a ele relacionada, com revisão da literatura, levantamento de dados ou pesquisa bibliográfica e utilização da informação obtida, que demonstre capacidade de reflexão e síntese, atendendo os critérios da metodologia científica, podendo o formato ser escolhido pelo aluno. Após conclusão, a monografia é submetida a julgamento e aprovação de uma banca examinadora, ou de um artigo científico, aprovado pelo painel de revisores constituído pela Coordenação da Pós-Graduação para validação científica da produção, sendo necessário para aprovação alcance a nota mínima 7,0 (sete).

Quadro 1 – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL	
MÓDULO I – Introdução	
Disciplinas	CH
Criatividade, Humanização e Integração	15

Princípios, Fundamentos e Limites do Direito Penal	15
Teoria do Crime	15
Teoria da Pena	15
Teoria Geral do Processo	15
Teoria Geral das Provas	15
Causas de Extinção da Punibilidade	15
MÓDULO II – Criminologia e Direito Penal	
Disciplinas	CH
Criminologia: Fundamentos e dimensões teóricas e práticas	15
Dos crimes contra a vida e das lesões corporais	15
Dos crimes contra a honra e dos crimes contra a liberdade individual	15
Dos crimes contra o patrimônio	15
Dos crimes contra a dignidade sexual	15
Dos crimes contra a saúde pública, contra a fé pública e contra a Ordem Tributária	15
Dos crimes contra a administração pública	15
MÓDULO III – Direito Processual e Módulos Especiais	
Disciplinas	CH
Tópicos Processuais Penais, Inquérito Policial e Ação Penal	15
Teoria do Procedimento Penal e o Tribunal do Júri	15
Recursos e Ações Autônomas Processuais	15
Direito Penal: Constitucional e Internacional	15
Direito Penal Econômico e Criminalidade Organizada	15
Medicina Legal no Processo Penal	15
Lei de Execução Penal	15
Lei de Entorpecentes, Crimes Hediondos, Lei de Tortura e Crime Organizado	15
Direito Digital, Compliance e LGPD	15
MÓDULO IV – Metodologias	
Disciplinas	CH
Metodologia da Pesquisa Científica	15
Metodologia da Pesquisa Aplicada ao Ensino Superior	30
CARGA HORÁRIA TOTAL	390

Fonte: Projeto do Curso, (2023).

2.5 Da Coordenação e do Corpo Docente do Programa e dos Cursos de Pós-Graduação

A Coordenação do Programa Institucional da Pós-Graduação da AESGA será exercida pela professora Dra. Cláudia Fernanda Teixeira de Melo, Graduada em Pedagogia, com Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

O Corpo Docente do Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Penal e Processo Penal é constituído por dezenove professores; destes sete são doutores e doze são mestres.

3 VOTO

Pelo exposto, considerando o credenciamento institucional em vigor, por força do Parecer nº 121/2017-CES de 13.11.2017, deste Conselho Estadual de Educação CEE/PE, publicado no DOE de 30/11/2017 pela Portaria SEE nº 10.251/2017, de 29/11/2017, fica credenciado o Programa Institucional de Pós-Graduação em Direito, mantido pela Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns (AESGA), por suas Faculdades Integradas de Garanhuns (FACIGA), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 11.224.920/0001-

00, autorizando-se a oferta do Curso de Pós-Graduação, *Lato Sensu*, em nível de especialização em Direito Penal e Processo Penal, na modalidade presencial, obedecida a Matriz Curricular e o modo de sua integralização apresentadas, neste parecer, com 40 vagas, em horário integral com funcionamento na Av. Caruaru, 508, Heliópolis – Garanhuns – PE, Código de Endereçamento Postal (CEP) nº 55.290-000, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Fica referendado o Regimento do Programa Institucional de Pós-Graduação em Direito, que deve receber carimbo e assinatura do Presidente deste Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE), arquivando-se uma de suas vias, para os efeitos legais.

É o Voto.

5 CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o Voto da Relatora e encaminha o presente parecer à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2023.

JÚLIO CESAR GALINDO BORBA – Presidente

FABIANA DA SILVEIRA XAVIER – Relatora

ANTONIO HENRIQUE HABIB CARVALHO

GISELLY MUNIZ LEMOS DE MORAIS

6 DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco decide aprovar o presente Parecer nos termos do Voto da Relatora.

Sala das Sessões Plenárias, em 05 de julho de 2023.

Antonio Henrique Habib Carvalho
Presidente